

CORPO: EXPERIÊNCIA E LINGUAGEM EM JOSEFINA PLÁ

CUERPO: EXPERIENCIA Y LENGUAJE EN JOSEFINA PLÁ

Geovana Quinalha de Oliveira¹

Resumo: Dentre os debates da crítica feminista atual destaca-se as conjunturas dialógicas entre experiência e linguagem associadas às categorias de gênero, raça e lugar na construção do corpo. Trata-se de novas formas de articulações que promovem epistemologias outras a partir da aceitação da experiência/materialidade do corpo sem negar o fato de que são, também, culturalmente e discursivamente constituídas, mas que não se dissolvem na discursividade. Experiência e linguagem deixam de pertencer a campos acentuadamente distantes para se imbricarem: corpo e/na linguagem, corpo e/na experiência. Nesse sentido, proponho pensar de que modo os estudos feministas sobre o “retorno” da materialidade do corpo re-configuram as noções de identidade, raça e lugar a partir da análise das personagens femininas do conto “Cayetana”, da autora paraguaia Josefina Plá. Observa-se nas narrativas que se tratam de “mulheres” mestiças paraguaias das classes pobres com analogias entre si, sobretudo no que tange à exploração de seus corpos como força de trabalho e prazer sexual do(a) outro(a).

Palavras-clave: experiência, linguagem, corpo, mulher, lugar, raça, Josefina Plá.

Resumén: Los debates de la corriente crítica feminista actual destacan las situaciones dialógicas entre la experiencia y el lenguaje asociado con las categorías de género, raza y lugar. Estas son las nuevas formas de articulaciones que promueven la epistemología otra después de la aceptación de la experiencia / materialidad del cuerpo sin negar el hecho de que también son culturalmente y discursivamente constituidas, pero eso no se disuelven en el discurso. La experiencia y el lenguaje dejan de pertenecer a campos distantes para imbricarem: cuerpo y / en la lengua, el cuerpo y / experiencia. En este sentido, propongo pensar cómo feminista estudios sobre el “retorno” de la materialidad del cuerpo re-configurar las nociones de identidad, la raza y el lugar a partir del análisis de los personajes femeninos del cuento “Cayetana”, de la autora paraguaya Josefina Plá. Se observa en las narraciones que se trata de “mujeres” mestizas paraguayas de clases pobres y con analogías con los demás, especialmente con respecto a la explotación de sus cuerpos como el trabajo y el placer sexual del otro(a).

Palabras claves: experiencia, lenguaje, mujer, lugar, raza, Josefina Plá.

¹ Professora Assistente da UFMS, campus de Coxim, doutoranda em Literatura pela UFSC. Email: geovanaquinalha@yahoo.com.br

OS LEGADOS DO PASADO

Apreendido como um campo de lutas políticas e debates teóricos, o feminismo é (re)significado a cada geração. Muito embora o surgimento do vocábulo “feminismo” tenha sido registrado em meados do século XIX², na Europa, a força motriz de suas reivindicações - a igualdade entre as pessoas - remonta há tempos e lugares outros, ainda que de forma política e socialmente desarticulada, resenhada apenas como desejo de milhares de “mulheres”³. Essa dinâmica de (re)significados gerou no movimento diferentes posicionamentos teóricos e políticos cujas epistemologias desencadearam a necessidade de se falar em Feminismos senão à Feminismo. Enquanto conjunto de ideias, pressupostos, temas e interpretações, os discursos feministas constituem significados que se traduzem ou se (re)constroem ao longo de diversas teias político-comunicativas (ALVAREZ, 2014, p. 19). Contudo, suas ramificações são originárias de um mesmo tronco: o questionamento das relações de poder exercidas como opressão e exploração de um grupo de pessoas frente às outras (TELES, 1993, p.10), em consonância à construção de práticas sociais e políticas de cidadania igualitárias entre os sujeitos.

A seminal obra de Simone de Beauvoir, *Segundo sexo* (1980)⁴, inaugura, de forma mais consistente, os estudos feministas no mundo, sobretudo frente à política. No Brasil, de acordo com Constância Lima Duarte (2003), o Feminismo passou por quatro ondas⁵, divididos por volta dos anos de 1830, 1870, 1920 e, por fim, 1970, período conhecido como a “revolução do sexo”. As reivindicações que marcaram os anos 80 e 90 estão, a rigor, atreladas à quarta onda, com destaque à implantação e expansão dos Estudos de Gêneros.

O movimento brasileiro, ao reflexo do feminismo latino-americano, se consolidou em meados da década de 1970, no contexto da luta contra o regime militar (1964-1985). Em 1975, com a declaração da ONU como o Ano Internacional da Mulher, os debates feministas passaram a ganhar peso corpóreo na América Latina, especialmente na luta pela democratização do Continente. Na imprensa alternativa brasileira, dois jornais feministas de caráter militante foram criadas nesse período, *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher*⁶.

² Na introdução ao livro *A evolução do feminismo, subsídios para sua história*, 2002, de Mariana Coelho, Zhaidé Muzart, atribui o termo “feminismo” ao socialista utópico Charles Fourier, que viveu de 1772 a 1837. Andrée Michel (1982, p.7) aponta seu uso no dicionário francês Robert, de 1837, referindo-se a “uma doutrina que preconiza a ampliação dos direitos de do papel da mulher na sociedade. Já Bryson (2003, p.1) registra seu uso na Inglaterra, cinco décadas depois (1880) para indicar o apoio à igualdade de direitos entre homens e mulheres. Apud ZIRBEL, Ilze. Estudos Feministas e de gênero no Brasil: um debate. Dissertação de mestrado, UFSC, 2007.

³ O termo “mulher(s)” será aqui utilizado entre aspas por entender que seu significado é socialmente construído. Ver o artigo de Joan Scott, *Gênero, uma categoria útil de análise histórica*, 1990.

⁴ A primeira edição do livro foi publicada em 1949.

⁵ Nos Estudos Feministas, convencionou-se denominar de “onda” cada mudança significativa efetuada no movimento. Constância Lima Duarte no texto *O feminismo no Brasil* (2003) assim justifica o termo: “Longe de serem estanques, tais momentos conservam uma movimentação natural em seu interior, de fluxo e refluxo, e costumam, por isso, ser comparados a ondas, que começam difusas e imperceptíveis e, aos poucos (ou de repente) se avolumam em direção ao clímax – o instante de maior envergadura, para então refluir numa fase de aparente calma, e novamente recomeçar”. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300010

⁶ De acordo com Rosalina de Santa Cruz Leite “o primeiro jornal dirigido às mulheres e feito por mulheres foi o Brasil Mulher, publicado pela Sociedade Brasil Mulher (foram 16 edições regulares e mais quatro denominadas “extras”), de 1975 a 1980. O segundo, Nós Mulheres, publicado pela Associação de Mulheres, teve oito edições que circularam de 1976 a 1978”. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2003000100014&script=sci_arttext

Para a efetivação dos Estudos Feministas no país algumas ações desenvolvidas nas décadas de 80 e 90 foram fundamentais, como o financiamento da Fundação Carlos Chagas⁷, direcionado para pesquisas e editoração de revistas a exemplo dos *Cadernos Pagu*⁸ e a *Revista Estudos Feministas*⁹, bem como os trabalhos exercidos no âmbito da pós-graduação e a construção de Núcleos e GTs em associações como ANPOLL (associação nacional de letras), ABA (associação brasileira de antropologia), ANPED (associação nacional de pesquisa em educação), entre outras.

No âmbito do Estado, a história das “mulheres” é marcada pela implantação de alguns órgãos, como o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher junto ao Ministério da Justiça, em 1985, no governo de José Sarney. Composto por 17 conselheiras, um conselho técnico e uma secretaria executiva, a CNDM promoveu debates e investimentos em políticas públicas da “mulher” nas áreas de saúde, educação, cultura, trabalho e jurídica. Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher foram implantadas e diversas ONGs foram criadas, expandindo as discussões para diversas camadas sociais.

Na política partidária, a década de 80 marca, apesar das grandes dificuldades encontradas e em ritmo menor que o desejado, a participação de “mulheres” e de feministas em suas militâncias, defendendo, principalmente, propostas de igualdade de direitos, a descriminalização do aborto e leis mais severas para a punição da violência contra a “mulher”. Cotas mínimas de participação feminina nas direções partidárias e na disputa eleitoral, em diversas instâncias, foram estabelecidas nesse período.

De lá para cá muitas outras vozes aderiram aos Estudos Feministas e à urgência em refletir sobre a política de produção do conhecimento. Joan Scott e Judith Butler em *Feminists Theorize the Political* (1992) asseguram a necessidade de se abordar o feminismo do ponto de vista da política e da teoria ao mesmo tempo. Entretanto, cabe ressaltar que ainda hoje muitas resistências são encontradas pelas feministas, quer seja no âmbito acadêmico, pois, “(...) podem ser citados entre as temáticas que mais enfrentaram desafios para obter legitimidade como questão científica” (PRÁ, 1997, p.42), quer seja nas políticas de Estado, como tem ocorrido atualmente com a dificuldade de implantar o projeto de lei “Escola sem Homofobia”, com vistas à iniciativa de combate à homofobia no espaço escolar ou, em caminho inverso, a luta para a reprovação da proposta do projeto de lei “Estatuto do Nascituro”, cuja matéria incrimina o aborto mesmo em casos de estupros e de risco à vida da mãe.

⁷ A fundação Carlos Chagas é uma entidade de Direito privado, sem fins lucrativos que presta serviços a órgãos públicos e privadas. A Fundação articulou fomento externo junto à Ford para o desenvolvimento de pesquisas no âmbito dos Estudos Feministas. Maiores informações consultar www.fcc.org.br

⁸ Fundada em 1993, a revista *Cadernos Pagu* está vinculada à universidade de Campinas (Unicamp).

⁹ Inaugurada em 1992 a REF é, atualmente, vinculada à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Muito embora o objetivo desse trabalho não seja traçar linhas historiográficas acerca do movimento feminista e da história da “mulher”, esse brevíssimo retorno a algumas pioneiras ações do Feminismo no Brasil visa lembrar (para não esquecer!) conquistas que necessitam ser constantemente reasseguradas, legitimadas e problematizadas no cotidiano social, político e acadêmico.

É, pois, no sentido de agregar reflexões nesse e por esse campo do conhecimento que proponho discutir o sujeito “mulher” como categoria construída para além do conceito da diferença sexual, ou seja, apreendida a partir de discursividades e experiências intimamente associadas aos debates em torno das relações de poder, gênero, raça e lugar com vistas a reivindicar ações para a formação de mundo sem discriminações sociais, igualitário e, por extensão, mais humano.

EXPERIÊNCIA E DISCURSIVIDADE: UMA BREVE HISTORICIDADE

O relevante papel político e social do Feminismo, até a década de 80, pautou-se em denunciar opressões impostas pela sociedade patriarcal, baseado, a rigor, no conceito da diferença sexual. Essa posição dualista, entretanto, dificultou debates em torno da compreensão do sujeito com base em suas pluralidades e ambivalências, pois, ao defenderem os direitos das “mulheres” pautaram-se, a rigor, em uma visão coletiva. Havia, portanto, carência de trabalhos teóricos-metodológicos que incluíssem a análise dos corpos feminino e masculino enquanto construções culturais, sociais, políticas e não somente biológicas, como o fizeram Linda Nicholson (2000), Judith Butler (2003), entre outras teóricas.

No clássico texto *Gênero: uma categoria útil de Análise Histórica* (1990), Joan Scott argumenta sobre a necessidade de extinguir as relações dualistas que definia a identidade das mulheres tendo por base aquilo que as unia: o sexo biológico, o genital. Para a autora, é preciso pensar a humanidade em termos de pluralidades e diversidades, em lugar de unidades universais, rompendo, desse modo, com o esquema tradicional das velhas tradições filosóficas ocidentais, baseadas em esquemas binários cujo pensamento sustenta e constrói hierarquias, como aquelas entre universos masculinos e especificidades femininas.

Para pensar a categoria “mulher”, em oposição à concepção humanista, centrada, unificada e cristalizada ao longo dos tempos, algumas estudiosas feministas pós-estruturalistas propuseram a negação do próprio termo “mulher”, pois, segundo Alcoff, fundamentar a política feminista na figura da “mulher” seria “politicamente reacionária e equivocada em termos ontológicos” (1988, p. 407)¹⁰, uma vez que daria continuidade ao essencialismo do sujeito universalizando-o enquanto uma categoria coletiva baseado no pensamento binário da diferença sexual.

¹⁰ Alcoff, Linda. Cultural Feminism versus Poststructuralism: The identity Crisis in Feminist Theory. *Signs* 13 (3), 1988, p. 407. Tradução minha.

Posições dualistas, como também salienta Judith Butler, alimentam as relações de poder e dão continuidade ao processo de camadas sociais estratificadas, “a insistência sobre a coerência e unidade da categoria “mulheres” rejeitou efetivamente a multiplicidade das interseções culturais, sociais e políticas em que é construído o espectro concreto das ‘mulheres’. (2003, p. 35). Pensar as “mulheres” enquanto um agrupamento é, para as feministas pós-estruturalistas, mais um ato de criação globalizante, normativa e excludente que rejeita as diferenças de suas próprias representações.

Linda Nicholson (2000) questiona a forma como o corpo tem sido historicamente compreendido e propõe pensá-lo como variável, ao invés de algo rígido. “Defendo que a população humana difere, dentro de si mesma, não só em termos das expectativas sociais sobre como pensamos, sentimos e agimos; há também diferenças nos modos como entendemos o corpo.” (NICHOLSON, p. 14). A autora se pauta nas problematizações e nos significados que constituem discursivamente o corpo, bem como para uma série de complexidades relativas à identidade feminina, de modo a não reduzi-las ao sentido unívoco do corpo biológico enquanto suas caracterizações/definições/identificações.

Se o biológico está sendo questionado como fundamento da identidade, Judith Butler (2003) soma argumentos a essas reflexões ao aprofundar as categorias de sujeito, sexo e gênero como construções discursivas, contingentes e políticas cuja formulação dá-se mediante a exclusão, ou seja, “mediante atos de diferenciação que o distingue de seu exterior constitutivo (BUTLER, 2003, p.25). Por esse viés, o sujeito estaria inserido em uma rede de significados e, por extensão, de representações culturais marcados pelas relações de poder.

Butler (2003) acredita que a política feminista deve-se pautar nas discussões em torno de como o sujeito é constituído e como diferenças e hierarquias são formuladas e legitimadas nessas relações de poder. Isso inverte a lógica de se pensar a identidade e o sujeito como ponto de partida para as teorias de gênero, sem, contudo, supor que a desconstrução da categoria “mulheres” leve à anulação de suas figuras. Trata-se de investigar as políticas de construções identitárias e refletir sobre seus objetivos.

Por outro lado, alguns estudos feministas, ao questionarem a categoria “mulher” reconhecem a construção discursiva que a atravessa, porém não descartam as discussões em torno da materialidade, pois acreditam na “mulher” enquanto sujeito e, concomitantemente como signo. Trata-se de um “essencialismo positivo” (SPIVAK apud COSTA, 2000, p. 72) que reconhece a necessidade de agrupamentos para fins de reivindicações e estratégias políticas. De acordo com Denise Riley, as instabilidades da categoria “mulheres”, são *sine qua non* do feminismo. Reconhecer essa instabilidade “não faz necessariamente com que mergulhemos no vago redemoinho de seres ‘pós-gendrados’, abandonando as posições críticas do feminismo (...) passando a celebrar um carnaval de sexualidades difusas e contingentes” (RILEY apud COSTA, 2002, p. 72). Pode-se dizer, portanto, que o sujeito do feminismo está sempre em construção.

Teresa de Lauretis, referindo-se ao sujeito do feminismo, afirma vê-lo,

(...) não apenas como diferente de Mulher com letra maiúscula, a representação de uma essência inerente a todas as mulheres (que já foi vista como Natureza, Mãe, Mistério, Encarnação do Mal, Objeto do Desejo e do Conhecimento [Masculinus], o ‘Verdadeiro Ser-Mulher’, Feminilidade, etc), mas também como diferente de mulheres, os seres reais, históricos e os sujeitos sociais que são definidos pela tecnologia do gênero e efetivamente ‘engendrados’ nas relações sociais. O sujeito do feminismo (...) é uma construção teórica (uma forma de conceitualizar, de entender, de explicar certos processos e não as mulheres” (1994, p. 217).

Tensões, discrepâncias, contradições são marcas fundamentais dos processos históricos do feminismo.

Essas ambiguidades, para Alcoff (1998), podem ser lidas a partir da apreensão da “mulher como posicionalidade”. Trata-se de pensar o sujeito do feminismo considerando a posição de uma identidade politicamente assumida, seu lócus enunciativo, sua raça, sexo, economia. Entretanto, muitos sujeitos estão à margem e povoam “Planeta sem boca” (ACHUGAR, 2003)¹¹, não dispondo de uma identidade reconhecida.

Uma possível resposta a essas questões seria, como sugere Claudia Costa Lima,

repensar a identidade como aquilo do qual se parte (para chegar a outro lugar), isto é, como uma estratégia política pessoal e/ou coletiva de sobrevivência, independentemente de quão múltipla, fluída e contraditória a estratégia possa ser. A identidade, assim concebida, passa a ser algo pelo qual se deve lutar constantemente, e não simplesmente algo que nos é concedido na construção de alianças e contigüidades transpessoais (2000, p.78).

A identificação nos estudos feministas envolve, com efeito, um trabalho discursivo que pensa a apreensão do sujeito a partir de práticas de significados e representações. Contudo, o sujeito não se dissolve nessa discursividade de modo a tornar-se exclusivamente uma produção linguística, como pontua (LIMA, 2000). Esvaziá-lo de suas experiências desconsiderando seu lócus enunciativo, suas emoções, resistências, corpo, raça e gênero, anularia qualquer direcionamento responsável da pesquisa, pois desestabilizaria, por exemplo, as figuras dos sujeitos dentro das ações políticas de reivindicações, de (re)conhecimento, de (re)visões, entre tantas outras.

Essas posturas teóricas diferenciadas entre si impulsionaram algumas críticas feministas contemporâneas a re-pensarem as diferenças e redimensioná-las em um pensamento outro. É aqui, no tropo do interstício, da tradução entre discursividade e materialidade, seus usos e valores, que arrisco a lançar indagações e refletir sobre a possibilidade da construção de identidades de lugares marginalizados, associando-as à constante necessidade de reflexão acerca das relações de poder veiculadas às categorias de raça, gênero, classe e ao *locus* enunciativo. María Lugones (2014) acredita que essas categorias devem necessariamente ser consideradas no âmbito dos debates em torno

¹¹ A expressão *Planetas sem boca* é título do livro de Hugo Achugar.

do gênero, pois, é uma forma de se compreender melhor a opressão desencadeada pelo “sistema de colonialidade” (QUIJANO, 2007) vivenciado por mulheres marginalizadas, mulheres negras, índias, mestiças e pobres que habitam lugares colonizados, periféricos.

Apesar da política de colonialidade já ter sido problematizada por autores como Frantz Fanon e seus contemporâneos, Walter Dignolo, Aníbal Quijano, Enrique Dussel, Boaventura de Sousa Santos, entre outros, a feminista dominicana Ochy Curiel (2007) chama a atenção para a ausência de “categorias como sexo y sexualidad” (p. 93) nesses debates. Tanto Curiel (2007) como Lugones (2014) denunciam as opressões do sistema de colonialidade/modernidade eminentemente interligada à categoria de gênero. A partir dessa percepção, Lugones (2014) passa a problematizar, portanto, a “colonialidade do gênero”, no sentido de apreender os mecanismos de opressão exercidos pela colonialidade enquanto “interação complexa de sistemas econômicos, racializantes e engendrados, na qual cada pessoa no encontro colonial pode ser vista como um ser vivo, histórico, plenamente caracterizado” (2014, p. 941).

Como forma de resistência à colonialidade de gênero, María Lugones propõe a formação de um “feminismo descolonial” (2014). Trata-se de um movimento epistemológico com vistas à descolonização do saber, do ser, do gênero para atingir a despatriarcalização. Nesse sentido, a autora busca entender a resistência à colonialidade do gênero a partir da perspectiva da diferença colonial. Essa prática assegura “compreender aquele/a que resiste como oprimido/a pela construção colonizadora do locus fraturado” (2014, p. 941) e “decretar uma crítica da opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada visando uma transformação vivida do social”. (2014, p. 940).

Se a literatura é um artefato cultural construído por intermédio de um projeto intelectual que abarca o estético, o teórico, o político, o social e o crítico, proponho ler, frente às diversas possibilidades, aquilo que na textualidade do conto “Cayetana” é possível de ser estabelecido dialogicamente entre a categoria “mulher” e o espaço cultural, geopolítico, histórico e cotidiano da narratividade que resiste à diferença colonial. Trata-se de analisar a materialidade e a experiência na intersecção com as categorias de raça e classe que envolve o sujeito da figura feminina e sua identidade na formação de um feminismo descolonial por intermédio da literatura de Josefina Plá.

O LUGAR (IN)VISÍVEL DA MULHER MESTIÇA PARAGUAIA EM JOSEFINA PLÁ

Muito embora o conto “Cayetana” tenha sido escrito em 1948, foi publicado pela primeira vez somente em 1981, no livro *El espejo y el canasto*, reeditado em 1996 e 2000, na coletânea *Josefina Plá: Cuentos Completos*, organizado por Miguel Ángel Fernández.

Josefina Plá nasceu na Espanha por volta de 1903¹². Em 1926, contra a vontade de sua família, se casa com o artista paraguaio Andrés Campos Cervera e a partir de então passa a residir em Assunção, no Paraguai, até a sua morte em 1998. Desde sua chegada na capital paraguaia Plá integra-se imediatamente à vida cultural do país. “Desde entonces há venido publicando poesias, cuentos, ensayos y críticas, y há estrenado numerosas obras de teatro. En conjunto, su obra literária - hay que sumar su labor de ceramista – constituye um verdadero monumento cultural, no solo para Paraguay y sino también para todo el mundo hispánico”.¹³

No prólogo do livro de contos *El espejo y el canasto* (1981), a autora afirma que a opção pela recorrente temática da “mulher” paraguaia se justifica, “ (...) simplemente porque *vivo en el Paraguay y soy mujer*”¹⁴ (grifo meu)

Observa-se que o projeto de Josefina Plá, na construção de seus quase 70 contos, é problematizar a condição da mulher quer seja mestiça, branca, pobre ou rica em ambientes rurais e urbanos, próximas ou distantes das constantes crises políticas e sociais que marcaram a história do país. Essas personagens passam por situações nas quais o homem, a família e a sociedade submetem-na a uma série de opressões e humilhações cuja vida, como aponta Bordoli Dolci, circunda um mundo primitivo, moldado por tradições patriarcais e por rigorosas leis baseadas em velhos costumes e na relação instintiva entre macho e fêmea (1993, p. 32).

Com efeito, propõe-se analisar as personagens femininas do conto “Cayetana”, a partir da exploração do corpo da mulher paraguaia mestiça tanto no âmbito sexual como doméstico. Observa-se na narrativa que se trata de mulheres paraguaias das classes pobres com analogias entre si, sobretudo no que tange ao corpo, à força de trabalho e ao uso do guarani e do espanhol, entrelaçados no *yopará*¹⁵. Plá aborda a mulher paraguaia inserida em uma sociedade serviçal, falocêntrica e patriarcal, como se vê na descrição das ordens dadas à mestiça Cayetana:

- Cayetana, andá a buscar la carne.
- Cayetana, enPinozá se vende naranja a cuatro pesos el cien.
Andá comprar.
- Cayetana, fregámeese piso que está sucio.
- Cayetana, andátraerlasilla que está enlodelcarpintero.
- Cayetana, “enjaguá” mis medias. Pronto.
- Cayetana, prendéelhorno. Vamohacer sopa.
- Cayetana, andá regar mi picardíablanca.
Cayetanahacía todas estas cosas y algunas más.
Cayetanaseríael mate de mañana, de siesta, de tardecita, -mate amargo, mate dulce, mate de coco- yendo y viniendo interminablemente...(1996, p.105)

¹² Não há, ainda, um consenso sobre a exata data do nascimento de Josefina Plá. Contudo, seus biógrafos acreditam que tenha sido entre os anos de 1903 e 1904.

¹³ Essa citação encontra-se na orelha do livro *Cuentos Completos* de Josefina Plá (2000).

¹⁴ Essa citação, como demais escritos sobre Josefina Plá estão disponíveis no portal Guarani http://www.portalguarani.com/519_josefina_pla/14135_el_espejo_y_el_canasto_1981_cuentos_de_josefina_pla.html

¹⁵ O Yopará é uma linguagem coloquial cuja construção se dá mediante a mescla das línguas espanhola e guarani.

O amontoado de frases imperativas marca a representação de Cayetana como serviçal e, por extensão, de um grande grupo de mulheres paraguaias expostas a esse cenário. Cayetana tem dez anos e foi educada para servir. Aos sete anos de idade foi entregue pela mãe, uma lavadeira mestiça, aos cuidados das irmãs Olmedo, Eulália e Egidia, mulheres ricas, brancas e descendentes europeias que exploravam a menina nos serviços domésticos da casa. Na solitária adolescência, a protagonista é abusada sexualmente por Eduardo, sobrinho das patroas, homem casado e com filhas. Logo após esse episódio a menina desaparece. As patroas tentam achá-la, mas não a encontram e acreditam que os adjetivos pobre, jovem e descendente indígena são mais que suficientes para acreditarem que Cayetana tenha se prostituído e desaparecido.

A narrativa dá um salto temporal e, onze anos depois, chega à casa das Olmedo uma vendedora de verduras que havia conhecido Cayetana. Durante a venda de seus produtos a mulher noticia às irmãs a morte de Cayetana e o fato ter dado à luz a uma menina com nome homônimo ao da mãe.

Com a notícia dada pela vendedora, as irmãs Olmedos vão buscar a menina com o intuito de explorá-la, assim como fizeram com a Cayetana-mãe. A essa época a família de Eduardo se muda para perto da casa das tias. O filho mais velho de Eduardo, com quinze anos conhece a jovem Cayetana e inicia um processo de sedução. Assim, como um ciclo vicioso, terrivelmente a história se repete.

No decorrer da narrativa o leitor se depara com a violência contra mulher mestiça nos aspectos físicos e psicológicos, decorrentes do preconceito racial e do uso e abuso de poder. A violência se faz ainda mais chocante porque Cayetana é uma menina violentada antes mesmo da adolescência. Para Barco os contos de Plá demonstram

una extraordinaria captación de ambientes locales, modelos de conducta y comportamiento sinmersos em su propiared de estructuras significantes y valores semiológicos bien precisos. Vista en conjunto y situándola em su perspectiva histórica, su obra revela una personalidad densa y polifacética, llena de lucidez y afán de lo profundo, endialéctica constante com las preocupaciones y ocupaciones de su tiempo¹⁶.

A colonialidade do poder e do gênero legitimam as opressões vivenciadas por Cayetana mãe e filha no contexto do século XX paraguaio. O fato dos corpos das personagens serem compreendidos enquanto construções discursivas sociais e históricas não anula o urgente debate em tomá-las como representações da experiência/materialidade de mulheres cujas vozes não foram ouvidas, consideradas e tampouco amparadas por projetos políticos e culturais. Como força contrária a esse cenário, a escritura de Plá surge como uma resistência ao debater a opressão de gênero, raça e classe, enfim, o agenciamento de mulheres colonizadas.

Josefina Plá toma, pioneiramente, a figura feminina mestiça, pobre e colonial como elemento constituinte da identidade cultural paraguaia. Nesse sentido, pode-

¹⁶ BARCO, José Vicente Peiró. Comentarios. Disponível em http://www.portalguarani.com/519_josefina_pla/14135_el_espejo_y_el_canasto_1981__cuentos_de_josefina_pla.html. Acesso em 10 nov. 2015

se dizer que seu projeto literário envolve “enfocar naquele/a naquele/a que resiste situado/a na diferença colonial” (LUGONES, 2014, p. 941), revelando, como quer María Lugones, o que se tornou eclipsado pelo sistema de poder global, capitalista, moderno colonial (2014, p. 941).

Por esse viés, essa inicial pesquisa acredita na urgência de uma reescritura histórica, memorialística, econômica, cultural, literária que alterem configurações geopolíticas pautadas na colonização epistêmica e na subalternização de saberes, línguas, culturas, povos e gêneros a exemplo dos estudos femininos descoloniais.

REFERÊNCIAS

ACHUGAR, Hugo. *Planetas sem boca. Escritos efêmeros sobre Arte, Cultura e Literatura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

ALCOFF, Linda. “Cultural Feminism versus Poststructuralism: The Identity Crisis in Feminist Theory”. *Signs* 13(3), 1998.

ALVAREZ, Sonia E. “Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista”. In. *Cadernos Pagu*, nº 43, jan/junho de 2014.

BUTLER Judith; SCOTT Joan. *Feminists Theorize the Political*. New York and London: Routledge, 1992.

BUTLER Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

BARCO, José Vicente Peiró. *Comentarios*. Disponível em http://www.portalguarani.com/519_josefina_pla/14135_el_espejo_y_el_canasto_1981__cuentos_de_josefina_pla.html. Acesso em 10 nov. 2015

BARCO, José Vicente Peiró; RODRÍGUEZ-ALCALÁ, Guido. *Narradoras paraguayas: antología*. Asunción: Expolibro e SEP Libros Libres, 1999. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com>. Acesso em: 20 mar. 2007.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BORDOLI DOLCI, Ramón Atílio. *La problemática del tiempo y la soledad en la obra de Josefina Plá*. 1981. 588 f. Tese (Doutorado em Literatura Hispanoamericana) Facultad de Filología, Universidad de Santiago de Compostela, 1981.

BORDOLI DOLCI, Ramón Atílio. Introducción e antología. In: PLÁ, Josefina. *Canto y Cuento*. Montevideo: Arca, 1993.

BRANDÃO, Ruth Silviano. *Mulher a pé da letra: a personagem feminina na literatura*. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

- COLOMBINO, Carlos. In: VÁRIOS AUTORES. *Josefina Plá, su vida, su obra*. Asunción: Centro Cultural de la Ciudad, Dirección de Cultura, Municipalidad de Asunción, 1992.
- COSTA, Claudia de Lima. “O sujeito no feminismo: revisitando os debates”. *Cadernos Pagu*, nº 19, 2002.
- DUARTE, Constância Lima. “Feminismo e literatura no Brasil”. *Revista Estudos Avançados*, vol. 17, nº 49. São Paulo Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300010
- FANON,Frantz. *Os condenados da terra*. México: Fondo de Cultura Económica, 1977
- FAUSTO-STERLING, Anne. “Dualismo em duelo”. In. *Cadernos Pagu*. nº 17-18. 2001/02, pp.9-79.
- HALL, Stuart. “Quem precisa de identidade”. In. SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 13ªed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2003.
- KAMITA, Rosana Cássia. FONTES, L. C. S. (Org.). *Mulher e Literatura: Vozes Consequentes*. 1. ed. Florianópolis: Editora Mulheres, 2015. v. 1.
- LAURETIS, Teresa de. “A tecnologia do gênero”. In BUARQUE, Holanda. *Tendências e impasses. O feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- LEITE, Rosalina de Santa Cruz. “Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira”. *Revista de Estudos Feministas*. vol.11 nº.1 Jan./June 2003. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2003000100014&script=sci_arttext
- LUGONES, María. “Rumo a um feminismo descolonial”. Trad. Tradução de Juliana Watson e Tatiana Nascimento Revisão de Claudia de Lima Costa. *Revista Estudos Feministas*, nº 22 Set/Dez. 2014
- MIGNOLO, Walter. *Histórias locais-projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- NICHOLSON, Linda. *Interpretando o gênero*. Estudos Feministas, vol. 8, nº 2, 2000.
- PLÁ, Josefina. *Cuentos Completos*. Org. Miguel Ángel Fernández. Asunción: Editorial El Lector, 2000.
- PLÁ, Josefina. ¿Hay una literatura específica y característicamente femenina? *Enfoques de mujer*. Asunción, 1987. p. 42-46.
- PRÁ, Jussara Reis, CARVALHO, Marie Jane. “Feminismos, políticas de gêneros e novas institucionalidades”. *Labrys Estudos Feministas*, Brasília, jan./jul. 2004.
- PICHARDO, Rosa Inés Curiel (Ochy). “Crítica poscolonial desde las prácticas políticas Del feminismo antirracista”. *Nómadas*, nº 26, abril de 2007, Colombia.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. LANDER, Edgardo (org). Buenos Aires: Conselho Latino-americano de Ciências Sociais - CLACSO, 2005.

RICHARD, Nelly. “Feminismo, Experiência y Representación”. *Revista Iberoamericana*. vol. LXII, nº. 176-177, Julio-Diciembre, 1996, p. 733-744

SANTOS, Boaventura de Sousa. “Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes”. In. _____ MENESES, Maria Paula (org). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009.

SCOTT, Joan W. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação e Realidade*, vol. 16, nº 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990, p.5.

SPIVAK, Gayatri C. “Interview with Angela McRobbie”. *Block* (10), 1985.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

ZILBEL, Ilze. *Estudos feministas e de gênero no Brasil: um debate*. Dissertação de mestrado, UFSC, 2007.